

SUMÁRIO

Introdução	13
1. A mutação da função das Supremas Cortes e a decisão colegiada	17
1.1. Da correção da aplicação da lei à atribuição de sentido ao direito	17
1.2. Da solução do caso concreto à <i>ratio decidendi</i>	20
1.3. Os precedentes obrigatórios no Código de Processo Civil de 2015	20
1.4. A função contemporânea das Supremas Cortes e o problema do julgamento colegiado	26
1.5. O significado da vontade dos julgadores diante da voz uníssona da Corte.....	29
2. Decisão colegiada, decisão plural e <i>ratio decidendi</i>.....	31
2.1. Decisão colegiada nas Cortes de apelação	31
2.2. Decisão colegiada nas Cortes Supremas brasileiras....	33
2.3. Decisão plural, decisão por maioria, fundamento majoritário, fundamento concorrente e fundamento dissidente.....	37
2.4. <i>Ratio decidendi e obiter dicta</i>	40
3. As decisões plurais e a função das Cortes Supremas	57
3.1. Primeiras considerações	57
3.2. O desenvolvimento do direito	58
3.3. A decisão plural diante dos juízos inferiores.....	59
3.4. A decisão plural em face da previsibilidade	60
3.5. A indefinição inerente à decisão plural em benefício da racionalidade do sistema e da otimização das funções dos tribunais inferiores e das Cortes Supremas..	61

4. Critérios para extrair a <i>ratio</i> da decisão plural	69
4.1. Apresentação do problema	69
4.2. O <i>narrowest grounds</i>	69
4.3. A consideração da <i>opinion</i> dissidente para a definição da <i>ratio</i>	77
4.4. A tentativa de resolver o problema mediante a outorga de valor precedental ao resultado ou ao julgamento....	80
4.5. Situações em que as cortes estadunidenses, sem justificativa racional, atribuíram autoridade a determinada <i>opinion</i> inserida na decisão plural	86
5. As denominadas decisões paradoxais	91
5.1. O chamado <i>doctrinal paradox</i>	91
5.2. A invocação do caso <i>Tidewater</i> para demonstrar o equívoco das decisões plurais e a importância de decidir as questões na forma individualizada (o julgamento <i>issue-by-issue</i>).....	95
6. Julgamento, decisões plurais e <i>ratio decidendi</i> nas Cortes Supremas brasileiras	99
6.1. Fases do julgamento em uma Corte de Precedentes ..	99
6.2. A delimitação dos fatos do caso e a importância da prévia definição dos fundamentos a serem discutidos	100
6.3. A questão do voto escrito do relator	104
6.4. O pedido de vista. O art. 940 do CPC/2015.....	106
6.5. As diretivas de interpretação e opções valorativas. Uma questão instrumental em face da adequada discussão e da elaboração da <i>ratio decidendi</i>	108
6.6. Agrupamento de decisões individuais x decisão colegiada. A relatividade das decisões da Corte Suprema.	113
6.7. Contradição entre fundamentos e emprego da técnica da decisão em separado.....	116
6.8. A votação em separado de cada uma das alegações de violação de norma	119
6.9. Discussão x votação individualizada dos fundamentos	120
6.10. A decisão das questões ou fundamentos no recurso repetitivo	120

6.11. Proclamação da decisão e da <i>ratio decidendi</i>	123
6.12. A importância da explicitação dos fundamentos no momento da proclamação do resultado	126
6.13. Elaborar x descobrir a <i>ratio decidendi</i> . A colaboração da Suprema Corte	130
6.14. Elaboração da justificativa.....	134
6.15. A justificativa dos fundamentos e a exclusão das justificativas pessoais	136
6.16. Justificativa e <i>ratio decidendi</i>	138
6.17. A tarefa de descoberta e a extração da <i>ratio</i> da decisão plural	138
6.18. A decisão plural como consequência dos limites do colegiado	142
6.19. Eficácias da <i>ratio decidendi</i> e da decisão plural	145
Referências bibliográficas	153